



PROTESTO: membros do Greenpeace fazem manifestação contra projeto de modificação do Código Florestal

Amazônia ameaçada pelo novo Código Florestal

Substitutivo do deputado Moacir Micheletto foi aprovado por 10 a 3 na Comissão Mista, e vai ao plenário: área protegida da maior floresta tropical do planeta pode cair de 80% para apenas 20%

Áreas obrigadas pelo zoneamento a aumentar a preservação ambiental acima dos percentuais previstos no Código Florestal poderão prestar-se à compensação de reserva de outra propriedade.

Medida provisória

Enquanto o diagnóstico estiver sendo preparado, continuam valendo os antigos percentuais para reserva legal, fixados pelo Código Florestal e já alterados por uma medida provisória em 1995.

Foram mantidos os percentuais de 50% da área de uma propriedade na Amazônia para constituição da reserva legal e de 20% para a reserva no cerrado amazônico e o restante do País. Somente foi ampliado para 35% as áreas de cerrado Acre, Amapá e Amazonas.

Atualmente, pela MP, a área de reserva legal na Amazônia é de 80% e a do cerrado de 50%. Os índices aprovados ontem pela comissão somente entrarão em vigor se aprovados no plenário do Congresso. A proposta ainda dispensa propriedades com até 25 hectares de recompor a reserva legal destruída até 31 de dezembro de 1999.

Posição contrária

O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, pretende reverter a posição da Comissão Mista que aprovou o substitutivo de Micheletto.

Há muitas possibilidades de mudar o substitutivo até chegar ao plenário do Congresso: "Acho que o setor rural não deve tentar resolver seus proble-

mas, que são estruturais, prejudicando o meio ambiente", declarou Sarney. "A agricultura deve resolver seus problemas por meio dos mecanismos de financiamento".

Sarney Filho afirmou que não foi a primeira vez que o "setor retrógrado ruralista impôs derrota ao governo". E observou que os ruralistas aproveitaram a "situação delicada" do dia de ontem, quando o salário mínimo seria votado, para mudar o Código Florestal.

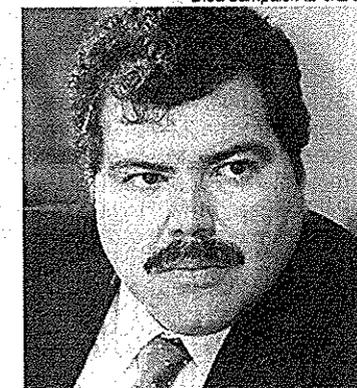
Para o ministro, a atualização do Código Florestal é necessária por causa dos desmatamentos de grandes áreas de florestas nativas e da ocupação desordenada de terras com vocação florestal consagrada.

Segundo dados do ministério, se as áreas de reserva legal na Amazônia forem reduzidas, a tendência é de que o desmatamento cresça em 25% ainda este ano. Nas regiões Sul e Sudeste, esses índices devem crescer entre 10% e 20%. Em 1999, houve uma redução nas queimadas de 20,2% em relação ao índice apurado em 1998.

Salário mínimo

Em nota, o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) denunciou que o governo trocou a própria proposta para conseguir o apoio dos ruralistas na votação do salário mínimo. Para o WWF, o parecer aprovado causará o mesmo desmatamento recorde registrado em 1995 na Amazônia, que foi de 30 mil quilômetros quadrados.

Dida Sampaio/AE-3/2/99



O ministro José Sarney Filho: 'A agricultura deve resolver seus problemas por meio de financiamentos'

A disputa pelo novo código

Parecer do deputado ruralista

Retira a atual proteção legal da floresta, que hoje é de 80% na Amazônia e 50% no Cerrado, passando para 50% na Amazônia e 20% no Cerrado

Dispensa recomposição da reserva legal nas propriedades com até 25 hectares.

Reduz a reserva legal na Amazônia, que poderá baixar a 25%

Reduz o índice de reserva legal no Cerrado e Mata Atlântica, que pode baixar a 12,5%

O que pedem os ambientalistas

Manutenção dos recursos ambientais (água, solo e biodiversidade)

Necessidade de preservação da capacidade florestal da Amazônia para as atividades madeireiras

Fim das conversões de novas áreas florestais em terras agrícolas e a plena produção nas áreas já desmatadas e abandonadas na Amazônia, que totalizam 165 mil km²

Ampliação de mecanismos fiscais e criação de mecanismos econômicos de estímulo ao cumprimento dos índices de reserva legal pelos proprietários, baseados na isenção do ITR

Em 20 anos, a Amazônia perdeu

14%

de sua cobertura original

*última estatística oficial

Durante o período, foram desmatados

551 mil km²

de mata nativa

Os desflorestamentos aumentaram em

31,4%

de 1997 para 1998*